

Demonstrações Contábeis Trimestrais

2º trimestre / 2016

Sumário

1 - BALANÇO PATRIMONIAL

2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5 – NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL – COMPARATIVO

Em R\$

ATIVO	NE	JUN-2016	DEZ-2015	PASSIVO	NE	JUN-2016	DEZ-2015
CIRCULANTE		591.911.427,41	614.056.396,51	CIRCULANTE		758.921.035,59	787.776.749,94
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	34.810.332,63	55.537.858,14	. Consignações	12	70.357.700,20	75.442.482,80
Bancos c/ Movimento		34.754.125,19	55.484.760,22	Previdência Social		14.069.692,19	14.034.601,59
Fundo de Aplicação Financeira		56.207,44	53.097,92	Pensão Alimentícia		17.102,50	14.141,75
. Ativos Financeiros		752.478,11	782.002,70	IRRF		13.742.184,73	16.768.047,31
Outros Investimentos Líquido		723.602,99	753.127,58	Demais Impostos Retidos		27.333.977,66	28.491.239,34
Correc. Monet. Compl. IPC/90		28.875,12	28.875,12	ISS		1.689.685,85	1.941.141,22
. Créditos a Receber		554.150.840,23	551.839.899,66	Plano de Previdência e Assist. Médica		8.607.684,28	9.502.879,30
Créditos a Receber de Clientes	5	439.934.325,46	396.493.015,24	Empréstimos, Financiamentos e Consignatários		4.897.372,99	4.690.432,29
Créditos Tributários	6	87.890.062,27	132.125.553,26	. Tributos e Encargos Sociais	13	101.448.293,15	91.623.729,76
Ressarcimento de Pessoal	7	25.053.563,79	21.548.343,56	. Depósitos Diversas Origens		856.369,85	837.874,14
Créditos Diversos a Receber		1.272.888,71	1.672.987,60	. Obrigações a Pagar		586.258.672,39	619.872.663,24
. Bens e Valores em Circulação		746.590,19	800.156,65	Fornecedores	14	246.153.452,43	304.938.667,08
. Valores Pendentes a Curto Prazo		1.451.186,25	5.096.479,36	Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	15	287.012.157,52	267.594.299,48
				Plano de Previdência Complementar		53.080.113,93	47.339.696,68
				Outras Obrigações		12.948,51	-
NÃO CIRCULANTE		1.688.071.875,72	1.718.191.445,62	NÃO CIRCULANTE		748.155.087,07	740.287.334,64
. Realizável a Longo Prazo		1.103.519.373,29	1.080.213.558,13	Fornecedores		10.274.663,71	2.615.979,79
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		284.748.252,50	271.063.107,52	Obrigações Tributárias	16	67.541.872,50	52.087.862,69
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	8	539.243.447,61	531.049.401,43	Provisões Trabalhistas e Cíveis	17	439.802.572,49	439.802.572,49
Créditos Tributários	9	279.422.739,48	277.995.938,70	Plano de Previdência Complementar		225.551.647,53	239.704.670,13
Outros Ativos		104.933,70	105.110,48	Receita Diferida	18	4.488.256,13	5.580.174,83
. Investimento		246.000,00	246.000,00	Outras Obrigações		496.074,71	496.074,71
Propriedade para Investimento		246.000,00	246.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	772.907.180,47	804.183.757,55
. Imobilizado	10	488.308.135,27	513.334.776,88	. Capital		1.061.004.829,23	1.061.004.829,23
Bens Imóveis		301.746.605,87	302.289.344,43	. Reservas		138.214.228,61	138.214.228,61
Bens Móveis		186.561.529,40	211.045.432,45	Reservas de Capital		-	-
. Intangível	11	95.998.367,16	124.397.110,61	Reservas de Reavaliação		138.214.228,61	138.214.228,61
Projetos e Softwares		95.998.367,16	124.397.110,61	Reservas de Lucros		-	-
TOTAL DO ATIVO		2.279.983.303,13	2.332.247.842,13	. Outros Resultados Abrangentes		(149.926.206,38)	(149.896.681,79)
				. Lucros/Prejuízos Acumulados		(276.385.670,99)	(245.138.618,50)
				TOTAL DO PASSIVO		2.279.983.303,13	2.332.247.842,13

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ACUMULADA

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	NE	JUNHO/2016	JUNHO/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	1.024.049.342,93	949.507.026,87
DESPESAS OPERACIONAIS (exceto resultado financeiro)		(1.045.647.469,71)	(954.416.437,18)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(799.580.390,41)	(708.123.659,20)
Remuneração		(588.970.108,30)	(511.072.135,48)
Encargos Sociais		(86.921.214,95)	(81.753.746,64)
Benefícios		(80.566.893,70)	(73.344.247,18)
Plano de Previdência Complementar		(43.122.173,46)	(41.953.529,90)
Depreciação e Amortização		(67.593.965,34)	(68.399.593,37)
Locação		(38.603.895,20)	(35.245.127,72)
Manutenção		(50.377.947,82)	(51.828.117,39)
Serviços de Comunicação		(42.459.096,95)	(42.695.987,76)
Serviços Profissionais e Contratados		(37.003.398,21)	(39.009.379,38)
Serviços Públicos		(15.086.537,60)	(12.484.631,06)
Resultado com Créditos a Receber		(4.897.736,08)	(102.402,71)
Créditos Tributários		11.916.952,81	12.554.020,86
Despesas Tributárias Diversas		(2.181.494,99)	(3.065.177,74)
Materiais		(1.679.818,68)	(1.961.496,12)
Outras Despesas/Receitas		6.588.470,73	1.621.036,88
Resultado com Ações Judiciais		(4.681.141,83)	(5.653.816,16)
Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas		(7.470,14)	(22.106,31)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(21.598.126,78)	(4.909.410,31)
Resultado Financeiro	21	(11.075.726,49)	(11.499.279,53)
Despesas Financeiras		(21.326.877,79)	(15.490.675,96)
Receitas Financeiras		10.251.151,30	3.991.396,43
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS DIFERIDOS		(32.673.853,27)	(16.408.689,84)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS		1.426.800,78	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22	(31.247.052,49)	(16.408.689,84)

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	JUNHO/2016	JUNHO/2015
<u>Atividades Operacionais</u>		
Recebimentos de Clientes	907.344.015,33	718.489.221,04
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	288.043.348,94	283.267.825,59
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	133.215.998,74	111.954.716,23
Outros Recebimentos	10.869.712,66	11.287.409,02
Receita de Compensação Tributária	117.663.065,41	95.261.773,66
Rendimentos de Aplicações	3.109,52	2.106,90
Tributos e Encargos – inclusive compensação tributária	(272.022.315,10)	(186.268.896,47)
Pessoal e Encargos – inclusive compensação tributária	(947.017.723,55)	(829.590.043,13)
Sentenças Judiciais	(17.953.862,72)	(13.632.949,43)
Pagamentos a Fornecedores	(194.249.921,20)	(141.989.877,00)
Compensação Tributária		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	25.895.428,03	48.781.286,41
<u>Atividades de Investimento</u>		
Imobilizado/ Intangível	(46.622.953,54)	(37.688.865,51)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(46.622.953,54)	(37.688.865,51)
<u>Atividades de Financiamento</u>		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	-
Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(20.727.525,51)	11.092.420,90
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	55.537.858,14	30.825.016,94
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	34.810.332,63	41.917.437,84

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$

Histórico	Capital	Reservas de Capital		Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros				Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Consolidado
		Doações e Subvenções para Investimentos	Incentivos Fiscais		Legal	Estatutárias	Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos			
Saldo em 1º de janeiro de 2015 Republicado	1.061.004.829,23	0,00	0,00	138.214.228,61	5.188.066,96	5.188.066,96	68.741.887,26	27.843.833,51	0,00	(1.632.153,39)	1.304.548.759,14
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.408.689,84)	-	(16.408.689,84)
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.408.689,84)	-	(16.408.689,84)
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.062,91)	(3.062,91)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.062,91)	(3.062,91)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.408.689,84)	(3.062,91)	(16.411.752,75)
Juros sobre Reserva Especial de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	1.652.707,01	-	-	1.652.707,01
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.652.707,01	-	-	1.652.707,01
Saldo em 31 de junho de 2015	1.061.004.829,23	0,00	0,00	138.214.228,61	5.188.066,96	5.188.066,96	68.741.887,26	29.496.540,52	(16.408.689,84)	(1.635.216,30)	1.289.789.713,41
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.061.004.829,23	0,00	0,00	138.214.228,61	0,00	0,00	0,00	0,00	(245.138.618,50)	(149.896.681,79)	804.183.757,55
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.247.052,49)	-	(31.247.052,49)
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.247.052,49)	-	(31.247.052,49)
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.524,59)	(29.524,59)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.524,59)	(29.524,59)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.247.052,49)	(29.524,59)	(31.276.577,08)
Juros sobre Reserva Especial de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de junho de 2016	1.061.004.829,23	0,00	0,00	138.214.228,61	0,00	0,00	0,00	0,00	(276.385.670,99)	(149.926.206,38)	772.907.180,47

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
AEA – Ajustes de Exercícios Anteriores
AGU – Advocacia Geral da União
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DVA – Demonstração do valor adicionado
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
ESAF – Escola de Administração Fazendária
IIRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
ISS – Imposto sobre Serviços
ITG – Interpretação Técnica Geral
MF – Ministério da Fazenda
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
NR – Nota de Ressarcimento
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TI – Tecnologia da Informação

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública independente, com capital social pertencente à União, vinculada ao MF, com personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída pela Lei nº 4.516/1964, substituída pela Lei nº 5.615/1970, com estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009. A sede da empresa está localizada em Brasília-DF, à SGAN, Quadra 601, módulo V.

a) Área de atuação

A empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de serviços em TI para o setor público, desenvolvendo programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Receitanet, Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte Brasileiro, SIGEPE e SISCOMEX.

O principal mercado de atuação da empresa é o de soluções para a gestão das finanças públicas, tendo o MF como principal cliente. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao MPOG.

Ao longo de seus 51 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas unidades de gestão, especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em *software* livre, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, referendados pelo CFC e pela CVM, em conformidade com o conjunto de leis, normas e princípios que integram a contabilidade brasileira (BRGAAP).

De acordo com a NBC TG 26(R3), as demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem um risco significativo, estão incluídas em suas respectivas notas, e explicadas em descrições analíticas ou sintéticas.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

Em conformidade com o que preconiza o CPC nº21, as comparações demonstrativas entre contas de patrimônio estão em paralelo com os números apresentados em 31 de dezembro de 2015 e junho de 2016, enquanto as contas de resultado estão comparadas com o mesmo período do ano anterior, ou seja, entre junho de 2015 e junho de 2016.

O SERPRO utiliza o SIAFI, portanto, está sujeito à limitação do prazo para registros relacionados ao semestre, determinado pela STN até 07 de julho de 2016.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até noventa dias. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista

O capital social do SERPRO pertence integralmente à União. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Em 2015, não houve distribuição em função do prejuízo do período.

3.3 – Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações continuadas.

b) Gastos subsequentes

São incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade. Quanto aos gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes, estes são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são definidas pelos gestores, conforme especificidade do ativo. Em média, foram assim estimadas:

Edifícios	50 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos
Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos
Móveis e utensílios	3 – 10 anos

A vida útil atribuída na reavaliação (item f) considerou a tabela do Imposto de Renda. Nesse sentido, aplicou-se o prazo de 25 anos para os edifícios, sem determinação de valor residual.

Dessa forma, antes da aplicação das novas normas de contabilidade, os edifícios foram depreciados a uma taxa superior e incorreram em uma base de cálculo também superior ao que deveria ocorrer, reduzindo o valor contábil dos bens.

Isto posto, a diretoria do SERPRO considera que os valores contábeis das edificações constantes do ativo imobilizado estão abaixo, inclusive, do valor que seria obtido com a venda destes no fim de suas vidas úteis, ou seja, são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a ITG 10, bem como com a NBC TG 27, não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

e) Opção pelo custo atribuído (*deemed cost*)

Nos termos da NBC TG 37, no período de adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a entidade pode optar pela mensuração pelo custo atribuído do ativo imobilizado. O SERPRO, no exercício de 2010, ao adotar as novas normas, optou pela não aplicação do custo atribuído a seu imobilizado, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

f) Reavaliação de imóveis

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, de acordo com as normas contábeis vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, facultada pela Lei nº 11.638/2007 e pela NBC TG 13. Destaca-se que a atual legislação não permite a utilização do instrumento de reavaliação.

3.4 – Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de *software* estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a *software* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

a) Gastos subsequentes

São incorporados ao ativo somente quando implicam aumento de benefícios econômicos futuros. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de *software*, são reconhecidos no resultado.

b) Amortização

É efetuada com base no método linear, sendo reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

Cessão de direito de uso de <i>software</i>	3 – 5 anos
Licença de uso de <i>software</i>	1 – 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.5 – Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo, quando aplicável, e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo ou ganhos e perdas na alienação serão reconhecidos no resultado.

3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos para a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra, o valor é estimado, levando-se em conta as circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas.

Até o presente momento, em 2016, não há registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Em virtude disso, não houve estimativa de valores a reduzir por imparidade, dispensando a realização do teste.

O valor em uso do ativo é considerado para a realização do teste. Todos os bens, inclusive o ativo intangível, estão vinculados diretamente à geração de receita. Considerando-se que a precificação dos serviços leva em conta a amortização e depreciação dos bens, somente haveria redução do valor contábil caso houvesse expectativa de queda das receitas.

3.7 – Provisões

São reconhecidas se a entidade tem uma obrigação presente, associada a um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro.

3.8 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a NBC TG 30, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

3.9 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC - SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.10 – Tributos

São adotadas as seguintes práticas:

Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL RIR/99;

As alíquotas do ISS variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (LC 116/2003);

As contribuições PIS/PASEP (0,65% e 1,65%) e COFINS (3% e 7,6%) estão registradas pelo regime da cumulatividade e não-cumulatividade;

A alíquota do INSS patronal sofreu elevação em dezembro de 2015, passando de 2,0% para 4,5% sobre a receita.

3.11 – Ativos não circulantes a alienar

a) Bens a alienar

Os ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada.

As desmobilizações são realizadas por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, voltadas à realização de ações sociais, focadas na educação profissional, e instituições de ensino do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

3.12 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considerou as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 5.1.

3.14 – Determinação do valor justo

Os ativos e passivos devem ser demonstrados e divulgados pelos seus valores justos, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas.

ATIVO

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão discriminados abaixo no comparativo entre o segundo trimestre de 2016 e o fim do exercício de 2015. Esta redução se justifica, principalmente, pela contingência nos recebíveis por parte dos clientes. Este comportamento de escassez no caixa já é observado há alguns anos e experimenta queda no seu saldo desde 2009.

Em R\$

Discriminação	2016	2015
Bancos c/ Movimento	34.754.125,19	55.484.760,22
Fundo de Aplicação Financeira *	56.207,44	53.097,92
TOTAL	34.810.332,63	55.537.858,14

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

NOTA 5 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 439,9 milhões (R\$ 396,5 milhões em 2015) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD, estimadas em R\$ 30,7 milhões (R\$ 24,5 milhões em 2015).

Em R\$

Descrição	A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas
Clientes - Circulante	226.336.744,90	244.288.617,06	470.625.361,96	51,90
PECLD	0,00	(30.691.036,50)	(30.691.036,50)	
Valor Líquido	226.336.744,90	213.597.580,56	439.934.325,46	

5.1 – Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento, avaliado em R\$ 30,7 milhões (R\$ 26,5 milhões em 2015).

Em 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, em regra. Entretanto, foram excluídos da composição das perdas estimadas, aqueles valores que tenham expectativa de recebimento, com base no relacionamento com os clientes.

Em R\$

Discriminação	2016	2015
Saldo Inicial	26.494.563,64	27.934.961,22
Constituição/Reversão	4.196.472,86	(1.440.397,58)
TOTAL	30.691.036,50	26.494.563,64

NOTA 6 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 87,9 milhões (R\$ 132,1 milhões, em 2015), discriminado da seguinte forma:

Discriminação	2016	2015
IRPJ/CSLL a Compensar	85.765.053,52	130.000.544,51
PIS-PASEP/COFINS a Compensar	1.543.677,07	1.543.677,07
IRPJ/CSLL a Recuperar (ajuste de exercícios anteriores)	581.331,68	581.331,68
TOTAL	87.890.062,27	132.125.553,26

Em R\$

NOTA 7 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.793 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente ao MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as NR enviadas aos órgãos cessionários. Os valores pendentes de recebimento totalizam R\$ 25,1 milhões (R\$ 21,5 milhões, em Dezembro de 2015).

NOTA 8 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após 12 meses do mês em referência no valor de R\$ 539,2 milhões (R\$ 531,0 milhões em 2015).

Descrição	2016	2015
Créditos a Receber Cessão de Pessoal (nota 8.1)	478.877.198,61	470.683.152,43
Créditos a Receber EFPC	60.243.306,49	60.243.306,49
Outros Créditos a Receber	122.942,51	122.942,51
TOTAL	539.243.447,61	531.049.401,43

Em R\$

8.1 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Os valores correspondentes às despesas constantes no quadro abaixo estão classificados no ativo não circulante até a emissão das NR's associadas ao gozo dos direitos em questão.

Em R\$

Apropriação por Competência	2016	2015
13º Salário	7.995.565,90	0,00
Férias	20.632.971,16	21.915.082,17
Licença-prêmio	14.295.119,14	12.814.527,85
TOTAL	42.923.656,20	34.729.610,02

Além disso, as sentenças judiciais no valor R\$ 173,7 milhões, desembolsadas ao longo do tempo, também são classificadas no ativo não circulante, por se tratar de direitos junto ao acionista controlador. Não houve alterações dos valores desde o exercício de 2014.

Em R\$

Sentenças Judiciais	Composição
Processo nº 2047/1989	120.820.191,39
Processo nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454.810,59
Processo nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395.295,59
Processo nº 00232400-92.1991.5.03.0001	26.067.133,31
TOTAL	173.737.430,88

Por fim, classificam-se no ativo não circulante os valores estimados das provisões trabalhistas relativas a PSE, no montante de R\$ 262,2 milhões.

NOTA 9 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Referem-se ao ativo fiscal diferido relativo à IRPJ e CSLL, líquido do passivo fiscal diferido, apresentado no valor de R\$ 279,4 milhões.

9.1 – Ativo Fiscal Diferido

É apurado sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. As variações acompanham os saldos das diferenças apropriadas nas rubricas indicadas na tabela abaixo. Destaque-se que os valores representam 34% (IR 25% e CSLL 9%) da diferença temporária geradora do crédito fiscal. A contabilização de Ativo Fiscal Diferido ocorre simultaneamente à ocorrência de eventos significativos que alterem seus saldos. Em 2016, apenas houve movimentação significativa da PECLD, sendo o único saldo afetado no corrente exercício.

Em R\$

Descrição da Diferença Temporária Dedutível	Saldo do AFD
Licença – Prêmio	31.847.127,36
Perdas Atuariais (ORA)	76.652.576,70
Plano de Previdência Complementar	2.062.180,82
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	96.224.052,79
Provisão para Perdas Prováveis	3.049.885,65
Contingências Trabalhistas	149.532.874,65
Plano de Previdência Complementar – Não Circulante	7.759.916,62

Depreciação Empresarial – CPC 27	0,00
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28
Base Negativa CSLL	5.796.734,74
TOTAL AFD	389.058.941,61

9.2 – Passivo Fiscal Diferido

Refere-se a apropriações dos impostos sobre as exclusões temporárias (NBC TG 32(R2)). Não houve movimentação no corrente exercício, pois estão mantidos os saldos das diferenças geradoras do Passivo Fiscal Diferido.

Em R\$

Descrição da Diferença Temporária Tributável	Saldo do PFD
PFD sobre Processo Trabalhista – PSE	89.153.477,92
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC	20.482.724,21
TOTAL	109.636.202,13

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R\$

Descrição	Ativo Imobilizado	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			Em 30/00/2016	2015
Edifícios	136.873.137,22	(26.097.173,65)	110.775.963,57	110.775.963,57
Terrenos	67.029.731,05	0,00	67.029.731,05	67.029.731,05
Estudos e projetos	2.573.093,47	0,00	2.573.093,47	2.545.680,59
Obras em andamento	79.294.614,64	0,00	79.297.614,64	73.034.035,83
Instalações	67.405.713,03	(42.383.574,80)	25.022.138,23	31.941.584,98
Benfeitoria em prop. terceiros	670.035,80	(297.637,92)	372.397,88	283.681,38
Correção IPC/90	19.209.644,70	(2.530.977,67)	16.678.667,03	16.678.667,03
Bens móveis	790.667.543,23	(604.106.013,83)	186.561.529,40	211.045.432,45
TOTAL	1.163.723.513,14	(675.415.377,87)	488.308.135,27	513.334.776,88

10.1 – Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Descrição	Saldo em 2015	Adições	Transferência	Alienações	Saldo em 30/06/2016
Edifícios	136.873.137,22				136.873.137,22
Terrenos	67.029.731,05				67.029.731,05
Estudos e Projetos	2.545.680,59	27.412,88			2.573.093,47
Obras em Andamento	73.034.035,83	1.221.182,65	5.039.396,16		79.294.614,64

Instalações	71.689.361,73	904.997,46	(5.188.646,16)		67.405.713,03
Benfeit. em Prop. Terceiros	520.785,80		149.250,00		670.035,80
Correção IPC/90	19.209.644,70				19.209.644,70
Bens Móveis	855.128.973,10	11.030.563,42		(75.491.993,29)	790.667.543,23
TOTAL	1.226.031.350,02	13.184.156,41	0,00	(75.491.993,29)	1.163.723.513,14

10.2 – Movimentação da Depreciação

Em R\$

Descrição	Saldo em 2015	Depreciação	Alienações	Saldo em 30/06/2016
Edifícios	(26.097.173,65)	0,00	0,00	(26.097.173,65)
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	(39.747.776,75)	(2.635.798,05)	0,00	(42.383.574,80)
Benfeit. em Prop. Terceiros	(237.104,42)	(60.533,50)	0,00	(297.637,92)
Correção IPC/90	(2.530.977,67)	0,00	0,00	(2.530.977,67)
Bens Móveis	(644.083.540,65)	(35.514.466,47)	75.491.993,29	(604.106.013,83)
TOTAL	(712.696.573,14)	(38.210.798,02)	75.491.993,29	(675.415.377,87)

NOTA 11 – INTANGÍVEL

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de software e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São software de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se aos prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Em R\$

Descrição	Ativo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			Em 30/06/2016	2015
Softwares	472.517.569,23	(376.519.202,07)	95.998.367,16	124.397.110,61

11.1 – Movimentação

Em R\$

Descrição	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Saldo em junho/2016
Softwares	471.508.147,55	1.009.421,68	0,00	472.517.569,23
Amortização	(347.111.036,94)	(29.408.165,13)	0,00	(376.519.202,07)
TOTAL	124.397.110,60	(28.398.743,45)	0,00	95.998.367,16

PASSIVO

NOTA 12 – CONSIGNAÇÕES

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de impostos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 70,4 milhões (R\$ 75,4 milhões em 2015).

NOTA 13 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em R\$

Descrição	2016	2015
PIS-COFINS	45.119.720,88	34.824.548,06
ISS a Recolher	33.750.573,80	37.334.371,04
INSS	12.076.065,83	11.625.545,79
FGTS	9.159.980,67	7.810.065,05
IPTU	1.227.743,64	0,00
Outros tributos	114.208,33	29.199,82
TOTAL	101.448.293,15	91.623.729,76

Até o presente momento, foram efetuados sete acordos de parcelamento de débitos tributários, seis referentes ao ISS-SP e um ao INSS patronal, cujos saldos circulantes restantes montam R\$ 16,6 e 2,6 milhões, respectivamente, no encerramento do semestre. Os valores vincendos, após 1 ano, foram classificados no passivo não circulante.

Do total de parcelamentos em curso, três parcelamentos sobre o ISS-SP foram negociados com a prefeitura de São Paulo em 2016 (dois em fevereiro e um em maio). Os valores são contabilizados em conta específica de tributos renegociados, já apropriados os juros e as multas calculados no processo de parcelamento. A parcela dos juros e multas são dedutíveis para fins fiscais.

O aumento dos tributos ocorreu principalmente pelo diferimento de PIS-COFINS, cuja baixa ocorre por ocasião do recebimento das notas fiscais.

NOTA 14 – FORNECEDORES

Consta das contas de fornecedores do passivo circulante e não circulante o saldo de R\$ 256,4 milhões (R\$ 307,6 milhões, em 2015), conforme discriminado na tabela abaixo:

Em R\$

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores				
A vencer (exceto acordo parcelamento)	69.965.963,60	1.756.263,23	114.322.167,08	2.615.979,79
Vencidas (Pagamentos Suspensos)	83.729.870,27	0,00	182.314.762,70	0,00
Acordo de Parcelamento	92.457.618,56	8.518.400,48	8.301.737,30	0,00

TOTAL	246.153.452,43	10.274.663,71	304.938.667,08	2.615.979,79
--------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	---------------------

NOTA 15 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

Em 2016, o programa de demissão voluntária apresentado pela diretoria, intitulado como APA (ações de preparação para a aposentadoria), aparece como destaque entre as obrigações a pagar. O valor constante desta rubrica refere-se aos empregados desligados até junho, primeiro mês de adesão ao programa. Este consiste em um incentivo para o desligamento de empregados que se enquadrem nos critérios editalícios.

O valor relativo ao ACT 2015 foi baixado em janeiro do corrente ano, devido ao pagamento da segunda parcela do valor retroativo do ajuste salarial do referido acordo. Em maio de 2016 houve a aprovação do ACT 2016/2017, que concedeu 9,28% de aumento salarial.

Em R\$

Discriminação	2016	2015
Pessoal a pagar	3.338.494,76	3.466.207,49
ACT 2015 – Apropriação por competência	0,00	18.855.801,61
APA	18.583.625,51	0,00
13º salário	19.511.134,52	0,00
Férias	146.974.909,06	150.270.441,20
Licença prêmio	98.603.993,67	95.001.849,18
TOTAL	287.012.157,52	267.594.299,48

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores constantes deste grupo representam as obrigações tributárias vincendas após 12 meses.

Em R\$

Discriminação	2016	2015
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762.406,23	13.781.075,52
INSS Renegociado	8.450.165,88	9.623.800,03
ISS Renegociado	45.329.300,39	28.682.987,14
TOTAL	67.541.872,50	52.087.862,69

Os R\$ 13,8 milhões de PIS-PASEP/COFINS referem-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito na AGU. Por se tratar de faturas referentes a serviços prestados a órgãos públicos, suas contribuições somente devem ser pagas no recebimento dos créditos a elas vinculados. Além disso, os tributos estão acompanhando a classificação do fato gerador, haja vista que os valores em avaliação de direito constam do ativo não circulante. Estes últimos não são evidenciados desde 2015, considerando que foram reconhecidas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

Os valores dos tributos renegociados (INSS e ISS) representam as parcelas vincendas após 12 meses de parcelamento do INSS Patronal referente aos impostos devidos

de fevereiro, março e abril de 2015, no valor nominal inicial de R\$ 14,1 milhões. Quanto ao ISS SP, em junho de 2016 constavam 6 parcelamentos em aberto, cujas parcelas vincendas após 1 ano totalizam o montante demonstrado no quadro acima. A necessidade dos parcelamentos está relacionada à situação de caixa da empresa.

NOTA 17 – PROVISÕES PASSIVAS

Com base na NBC TG 25(R1), a Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Considerando que os valores das provisões são revisados com periodicidade anual, os saldos constantes de 2015 não sofreram alteração até junho de 2016.

Em R\$

Provisão Passiva	Provisão ativa PSE	Valor Líquido
439.802.572,49	262.216.111,53	177.586.460,96

17.1 – Processos classificados como possíveis de execução

Além dos valores constantes do passivo, a empresa é parte em outros processos classificados como possíveis de execução, valorados em R\$ 109,6 milhões. Deste total, R\$ 1,8 milhão referem-se a PSE.

Em R\$

Provisões e Contingências Passivas – 2015						
Probabilidade de Perda	Total		Quadro Interno		Quadro Externo	
	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$
Provável – maior que 50%	1316	439.802.572,49	1098	177.586.460,96	218	262.216.111,53
Possível – entre 15% a 50%	301	109.616.514,89	262	107.803.101,98	39	1.813.412,91
Remota – menor que 15%	59	1.494.319,13	42	367.343,58	17	1.126.975,56
Total	1.676	550.913.406,52	1.402	285.756.906,52	274	265.156.500,00

NOTA 18 – RECEITA DIFERIDA

O reconhecimento desta receita é concomitante à realização da despesa de depreciação e amortização. Desde de janeiro de 2015, o *hardware* aplicado (R\$ 4,9 milhões) e o *software* (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciado e amortizado, considerando-se a vida útil de 48 e 36 meses, respectivamente. O saldo a ser realizado é de R\$ 3,0 milhões e 1,5 milhão, para *hardware* e *software*, nessa ordem.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 – Capital Social

A movimentação do capital social desde a aprovação do estatuto consta do quadro abaixo:

Em R\$

Exercício	Descrição	Saldo
2008	Capital social aprovado no estatuto social DEC nº 6.791/2009	613.618.808,15
2008	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2007	3.645.653,77
2009	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2008	90.367,31
2011	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	184.000.000,00
2012	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	66.000.000,00
2014	Integralização de capital, conforme aporte Lei nº 12.942/2013	193.650.000,00
2015	Capital Social	1.061.004.829,23
2016	Capital Social	1.061.004.829,23

19.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os valores dos imóveis estão representados por seus valores residuais. O saldo de R\$ 138,2 milhões da reserva de reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme a Lei nº 11.638/2007.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 20 – RECEITA LÍQUIDA

No primeiro semestre de 2016, a receita bruta alcançou R\$ 1,2 bilhão (R\$ 1,1 bilhão em junho de 2015), da qual mais de 70% são referentes a serviços de processamento de dados. As deduções da receita alcançaram R\$ 222,1 milhões (R\$ 192 milhões no mesmo período de 2015). O aumento significativo das deduções em relação ao primeiro trimestre de 2015 é explicado pelo aumento da alíquota de INSS patronal, como destado na nota 3.10.

Em R\$

Descrição	2016	2015
Receita bruta	1.246.228.723,69	1.141.581.490,45
(-)ISS	(60.875.849,58)	(54.623.874,22)
(-)PIS-PASEP	(18.542.937,10)	(16.650.145,21)
(-)COFINS	(85.421.886,81)	(76.702.556,35)
(-)INSS Patronal	(55.993.041,18)	(22.378.921,33)
(-)ICMS	(61.125,48)	(110.436,79)
(-) Descontos concedidos	(847.000,87)	(21.543.506,01)
(-) Vendas canceladas	(437.539,74)	(65.023,67)
Receita Operacional Líquida	1.024.049.342,93	949.507.026,87

NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

Alcançou o resultado negativo R\$ 11,1 milhões (R\$ 11,5 milhões em 2015), que resultou da diferença entre as receitas financeiras (R\$ 10,2 milhões) e as despesas

financeiras de R\$ 21,3 milhões. Esta comparação é referente ao mesmo período do ano passado: Janeiro-Junho.

Em R\$

Descrição	2016	2015
Tributos/Encargos	14.860.112,99	5.705.008,69
Energia	38.763,22	80.538,93
FGTS – Rescisão	377.712,04	756.903,04
Circuitos	105.064,04	29.300,78
Diversos	83.332,01	52.918,06
Dividendos	0,00	1.652.707,04
Saúde/Cassi	159.867,12	73.536,54
SERPROS	5.702.026,37	7.139.762,88
TOTAL	21.326.877,79	15.490.675,96

NOTA 22 – LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com o artigo 176 parágrafo 5º da lei 6.404/76, cumpre destacar que o prejuízo de R\$ 31,2 milhões, referente ao primeiro semestre de 2016, ampliou-se frente ao prejuízo de R\$ 16,4 milhões de 2015, o que se deve aos seguintes fatores principais:

a) majoração da alíquota sobre o INSS patronal, incidente sobre o faturamento bruto. (nota 3.10);

b) ampliação das despesas financeiras, derivada da contingência financeira da empresa, que potencializa os juros e encargos, principalmente sobre tributos e SERPROS e em atraso;

c) despesas com pessoal e demais encargos correlatos, por majoração de 9,28% do ACT 2016/2017 firmado em maio.

Descrição	2016	2015
Receita operacional Líquida	1.024.049.342,93	949.507.026,87
Despesas Totais	(1.056.723.196,20)	(965.915.716,71)
Créditos tributários diferidos	1.426.800,78	0,00
Lucro Líquido	(31.247.052,49)	(16.408.689,84)

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a NBC TG 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Brasília, 30 de junho de 2016.

Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>	<u>CPC</u>	<u>IASB</u>
NBC TG 26(R3)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	CPC 10	
NBC TG 27	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 25(R1)	Provisões , Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IFRS19
NBC TG 32(R2)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

Anexo II – Legislação aplicável

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.